

O FUNCIONÁRIO ESCOLAR COMO EDUCADOR: FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO PARANÁ

The non-teaching professionals as educators: formation of education workers in the public school system of Paraná

TAVARES, T. M.¹

TROJAN, R. M.²

RESUMO: Este trabalho deriva da reflexão sobre o projeto de extensão universitária realizado junto aos profissionais não-docentes da rede escolar, tendo como finalidade um processo de formação continuada. Envolveu profissionais da universidade, das escolas e do sindicato dos trabalhadores, através de uma metodologia inovadora, que consiste na capacitação de docentes da rede pública e estudantes universitários para atuação como mediadores e orientadores em grupos de estudos formados por funcionários de escola. Os estudos abrangeram as áreas de língua portuguesa, matemática e políticas educacionais e foram complementados por conferências. O projeto teve como participantes 1896 funcionários, 130 professores da rede estadual, 8 membros do sindicato, 10 estudantes e 6 professores da universidade. Com isso, promoveu-se a integração dos profissionais docentes e não-docentes, a conscientização dos funcionários de seu papel como educadores, a ampliação dos seus conhecimentos sobre políticas educacionais e maior domínio da língua portuguesa e da matemática como instrumentos de trabalho.

UNITERMOS: Formação continuada. Educador não-docente. Integração.

ABSTRACT: This work comes from the reflection about the college extension project accomplished with non-teaching staff of the school network and it has as objective a continuous formation process. It involved professionals from the University, from the schools and from the Workers' Union, through an innovating methodology that consists in enabling the teaching staff from the public schools network and college students to act on as mediators and counselors in studies groups formed by school staff. The studies comprehend the field of Portuguese language, mathematics and educational policies and were complemented by meetings. The project had the following participants: 1896 officials, 130 teachers from the state public schools network, 8 members of the union, 10 students, and 6 teachers from the University. It promoted integration among teaching and non-teaching professionals, the consciousness-raising to the officials of their importance as educators, the enlargement of their knowledge on educational

¹ Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Docente do Departamento de Planejamento e Administração Escolar do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.

² Doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná e Docente do Departamento de Planejamento e Administração Escolar do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.

policies and a better mastery of the Portuguese language and the mathematics as work tools.

KEY-WORDS: Continuous education. Non-teaching educator. Integration.

De acordo com os princípios da universidade como instituição social, a pesquisa, o ensino e a extensão devem se desenvolver de forma articulada e indissociável. Entretanto, nem sempre a extensão é tratada com a devida importância, como prescreve a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no item VII do seu artigo 43: “promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição” (BRASIL, 1996).

No setor da educação, o centro das atenções tem se constituído na formação e capacitação docente. Mesmo reconhecendo a indiscutível relevância dessa atuação, o desenvolvimento de ações na direção da educação inicial e continuada dos demais profissionais que atuam na escola tem sido secundarizada. Ainda que as funções cumpridas por esse segmento, no sentido mais amplo, não sejam exclusivas da instituição escolar – secretaria, serviços administrativos, limpeza, merenda etc. –, os profissionais destas áreas exercem uma função educativa junto aos estudantes e participam (ou deveriam participar) do conselho escolar, órgão máximo de gestão da escola, espaço de deliberação das ações a serem desenvolvidas para cumprir a sua função social. Para isso, é necessário considerar todos os integrantes da escola como protagonistas do processo educativo e torna-se imprescindível a construção de “uma prática de trabalho coletiva, comprometida com a qualidade da educação” (BRASIL, 2004).

O movimento dos trabalhadores em educação e, atualmente, o Ministério da Educação estão propondo a formação continuada dos trabalhadores não-docentes como um dos mecanismos de melhoria da qualidade do ensino e a realização da meta de democratização da educação básica, tendo em vista uma participação mais efetiva e consciente no processo educativo da escola.

Tal preocupação, expressa no documento “Por uma política de valorização dos trabalhadores em educação – em cena, os funcionários de escola” (MEC, 2004), reconhece que todos os espaços da escola, além do espaço da sala de aula, são importantes espaços educativos. Complementando a importante atuação do professor em sala de aula, ocorrem significativos processos de comunicação interativa e de vivência coletiva, que colocam em cena os trabalhadores em educação não-docentes que estão atuando nas unidades de ensino (BRASIL, 2004). Segundo o Ministério da Educação, “nas quase duzentas mil escolas das redes estaduais

e municipais de educação básica, um contingente de, aproximadamente, um milhão de funcionários se distribuem em funções denominadas de apoio ao projeto pedagógico e ao processo de ensino-aprendizagem” (BRASIL, 2004).

Esse reconhecimento implica em uma concepção de educador que ultrapasse os limites da sala de aula e supere o preconceito histórico que vê os funcionários não-docentes apenas como trabalhadores braçais, tarefeiros, alienados das ações pedagógicas. Para isso, “os funcionários, conscientes de seu papel de educadores, precisam construir a sua nova identidade profissional, isto é, ser profissionalizados, recebendo formação inicial e continuada tanto quanto os professores” (BRASIL, 2004). Nesse sentido, esses profissionais necessitam de formação condizente com a sua tarefa de formação humana.

A APP-Sindicato dos Trabalhadores da Rede Estadual de Ensino do Paraná assume esse reconhecimento com a unificação sindical das categorias docentes e não-docentes em 1998 e, desde então, vem realizando ações de formação continuada por meio de encontros, congressos, seminários, cursos e programas educativos (APP-SINDICATO, 2002).

A unificação dos sindicatos de ambas as categorias – docentes e não-docentes – tem um significado bastante importante no processo de democratização da gestão escolar, considerando que, historicamente, a maioria dos órgãos representativos destes trabalhadores é constituída por instituições independentes e separadas, o que evidencia uma desarticulação das ações das categorias entre si, tanto no que se refere às questões sindicais quanto ao desenvolvimento das atividades profissionais, bem como falta de unidade teórica e prática na definição das diretrizes e no cumprimento da função social das instituições públicas de ensino, através de uma gestão democrática e participativa.

O Departamento de Planejamento e Administração Escolar do Setor de Educação da Universidade tem atuado no âmbito da gestão da escola em projetos que buscam organizar e capacitar os diferentes segmentos da comunidade educacional, considerando que o projeto pedagógico apenas se concretiza a partir do trabalho coletivo. Este projeto dá continuidade a ações desta natureza com a finalidade de realizar um processo de formação continuada para os profissionais não-docentes da rede estadual de ensino, com vistas à democratização da escola pública de qualidade.

Para isso, propõe capacitar docentes da rede estadual de ensino para atuarem no processo de educação continuada dos(as) funcionários(as) de escola, promovendo a integração dos profissionais docentes e não-docentes no processo de democratização da gestão escolar. O fato de os docentes atuarem diretamente na orientação de grupos de estudos dos funcionários

não-docentes possibilita um espaço privilegiado de convivência e troca de conhecimentos e experiências, significativo para o estabelecimento de laços profissionais e respeito mútuo, que se apresenta como condição favorável para a integração profissional no âmbito escolar. Desse modo, propõe-se a construção de uma nova cultura escolar baseada em práticas educativas compartilhadas, pois “criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas ‘originais’; significa também, e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, ‘socializá-las’ por assim dizer; transformá-las, portanto, em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral” (GRAMSCI, 1981).

Além disso, o desenvolvimento de um processo de educação continuada – por meio de cursos, grupos de estudos, conferências e troca de experiências – apresenta-se como incentivo para a continuidade da escolarização formal pelos profissionais não-docentes que atuam nas áreas de administração e serviços gerais da escola, considerando-se que grande parte destes não concluiu sequer a educação básica. Atualmente, a rede pública de ensino do estado do Paraná conta com 13 funcionários não alfabetizados, 932 com a 4ª série incompleta, 4117 com a 4ª série completa (primeira etapa do ensino fundamental) e 1831 com escolarização entre a 5ª e a 8ª séries do ensino fundamental (APP-SINDICATO, 2004). Mesmo aqueles que já se escolarizaram, foram gradativamente perdendo o trânsito no trabalho intelectual, tendo em vista a natureza manual do trabalho que realizam no cotidiano escolar.

Nesse sentido, além do trabalho com os fundamentos da educação e das políticas educacionais, voltados para a construção de uma gestão democrática, foram focadas a língua portuguesa e a matemática como elementos importantes na formação do funcionário de escola enquanto educador. O domínio dos conhecimentos necessários para qualquer atividade profissional e a possibilidade de discussão e participação no processo de elaboração e execução do projeto político-pedagógico de cada escola passam pela possibilidade de um domínio das linguagens utilizadas na elaboração da legislação e das políticas educacionais que definem a direção e as condições de realização da educação escolar. Ambos são fundamentais para democratizar o debate e a participação efetiva dos diferentes segmentos envolvidos, “de tal forma que todos nas escolas públicas possam ser sujeitos dele” (BASTOS, 1999).

A universidade tem acumulado conhecimentos e experiências para construção de um processo democrático de gestão escolar e de educação pública de qualidade. No entanto, a maioria dos funcionários de escola não tem tido o acesso devido a essa produção. Assim, a realização de um projeto de extensão universitária dessa natureza responde às exigências dessa demanda como uma das funções que lhe cabem cumprir, considerando que: “Para falar em

democratização da universidade, é preciso pensar sobretudo na socialização do conhecimento que nela é criado e por ela é (ou deveria ser) difundido” (FÁVERO, 1989).

Uma metodologia baseada em uma nova concepção de educador

O ponto de partida para a definição do método mais adequado para o desenvolvimento deste projeto foi a realidade social mais ampla, na qual se situa a escola, como instituição que tem como finalidade a transmissão da cultura, tanto no sentido da reprodução quanto da transformação da sociedade. Por isso mesmo, pode servir a diferentes propostas e interesses, nem sempre claros nos discursos e justificativas das políticas que se apresentam para a educação. Assim, tanto para a construção de um projeto democrático de educação escolar, quanto para garantir a efetiva participação de todos os segmentos envolvidos – professores, funcionários, alunos, comunidade – é fundamental que estes tenham condições objetivas de compreender o que se propõe e de elaborar o que gostariam de propor.

Para isso, entre outros elementos, faz-se necessário ter o domínio da legislação e das políticas educacionais, o que demanda aprofundar a capacidade de interpretação, pois depende “da apropriação pelas camadas populares das ferramentas culturais necessárias à luta que travam diuturnamente para se libertar das condições de exploração em que vivem” (SAVIANI, 1999). Nesse sentido, o fio condutor de todas as atividades de estudo esteve centrado nestes pressupostos: leitura e interpretação.

Para atender a demanda prevista (cerca de 2000 participantes), a metodologia elaborada para o desenvolvimento deste projeto baseou-se em duas ações articuladas – a capacitação docente e o desenvolvimento de grupos de estudos orientados –, que foram complementadas com eventos coletivos (conferências) e encontros sistemáticos de orientação e avaliação das ações realizadas.

A capacitação docente, realizada por professores da universidade, teve a finalidade de preparar os docentes que vão atuar na orientação dos grupos de estudos dos funcionários em relação aos conteúdos de língua portuguesa, matemática, políticas educacionais e metodologia de ensino, centrada no desenvolvimento das capacidades de leitura e interpretação. Para esse processo, os professores produziram e adaptaram materiais didáticos, textos, atividades e exercícios para serem utilizados nos estudos dos funcionários.

Os professores escolhidos para atuar nessa capacitação foram aqueles que acumularam pesquisas e trabalhos na área da educação escolar, da elaboração de propostas curriculares

e de metodologias de ensino baseadas numa concepção histórica e crítica de educação e no compromisso com a democratização da cultura junto às classes trabalhadoras. Desde a década de 80, destacaram-se na participação em projetos coletivos, como a elaboração do currículo básico do Estado do Paraná.

Os grupos de estudos orientados foram sediados em escolas estaduais e desenvolveram suas atividades aos sábados. A formação dos grupos utilizou como critério apenas a facilidade de acesso, em quatro regiões geográficas da cidade de Curitiba: região norte, metropolitana-norte, sul e metropolitana-sul. Nesse sentido, reuniram-se professores e funcionários da mesma região onde atuam, facilitando a integração. Outra razão foi a formação de grupos heterogêneos, de escolaridade diversa, para que se estabelecesse um clima de cooperação e ajuda mútua.

Cada grupo foi composto, em média, por 30 participantes, num total de 80 grupos. Cada grupo teve autonomia para estabelecer sub-grupos, quando necessário, em função do nível de domínio da leitura e escrita, e contou com a orientação de dois ou três docentes. Os participantes – tanto docentes quanto funcionários de escola – se inscreveram livremente nos quatro núcleos sindicais envolvidos, que participaram das atividades administrativas de controle de frequência, relatórios e no apoio relativo à infra-estrutura necessária. Além desses, estudantes das licenciaturas em Português, Matemática e Pedagogia se inscreveram como estagiários voluntários para, também, atuar nos grupos de estudo. Desse modo, a participação de todos os que se inscreveram e se envolveram no projeto foi voluntária, sustentada pelo compromisso político, o que revela uma possibilidade ímpar para a construção de um trabalho coletivo.

Os conteúdos a serem trabalhados e temas das conferências foram definidos por meio de avaliação conjunta, entre a equipe da universidade e da direção da APP-Sindicato, sobre as necessidades formativas dos(as) funcionários(as) de escola. A partir dessa avaliação, concluiu-se que a primeira etapa do projeto deveria contemplar: a língua portuguesa, a matemática na formação do funcionário de escola enquanto educador e fundamentos da educação e política educacional para a democratização do ensino.

A proposta de estudo de língua portuguesa teve como pressuposto que:

O conteúdo mais geral do ensino da língua escrita, do qual decorrem todos os outros, é o próprio texto, daí ser ele o ponto de partida e o ponto de chegada do processo pedagógico. Assim, no ensino da língua, é necessário desenvolver o conjunto dos

conteúdos relativos ao texto, desde os elementos mais simples do código até a gramática textual, ou seja, os recursos linguísticos para a constituição de sentido (CAVAZOTTI; KLEIN; SIGWALD; 2004).

Desse modo, os conteúdos centraram-se em dois aspectos fundamentais: relativamente ao código (grafia correta das palavras, uso adequado dos sinais de pontuação e de acentuação, adequada segmentação entre as palavras) e relativamente à questão do texto, sobre a estrutura do texto (organização das orações, períodos e parágrafos; introdução, desenvolvimento e conclusão) e unidade temática (coesão e coerência; concordância e regência). Como materiais básicos, foram utilizados textos literários e artigos de periódicos.

Os conteúdos de matemática centraram-se na interpretação de sinais e símbolos matemáticos em textos de diferentes naturezas, na resolução de problemas por meio dos diferentes caminhos possíveis e na construção de conceitos básicos de matemática. Essa metodologia fundamenta-se na idéia de que “a conceitualização em matemática consiste em elaborar os meios intelectuais para tratar progressivamente situações mais e mais complexas, e se efetua ao longo do processo educativo por meio de uma variedade de situações de aprendizagem” (KOCH; SOARES; 2005).

Para desenvolver essa proposta, o projeto incluiu: curso de capacitação dos docentes da rede estadual de ensino que atuam diretamente com os profissionais não-docentes; conferências sobre as temáticas relacionadas com os conteúdos propostos; encontros quinzenais de orientação dos docentes com professores da universidade; grupos de estudos realizados aos sábados e orientados pelos docentes; encontros de avaliação ao longo do processo com as equipes envolvidas e um encontro de avaliação no final do ano, além da avaliação sistemática ao final de cada atividade. Esse processo teve como propósito estabelecer uma articulação entre teoria (os conteúdos estudados) e a prática escolar, identificando “sua forma concreta de existir na vivência cotidiana”, bem como “definir as dimensões sob as quais [o conhecimento] será tratado; [e] buscar formas adequadas de trabalhá-lo” a fim de possibilitar uma efetiva assimilação e utilização na vida profissional e pessoal (GASPARIN, 2002).

Resultados acima das expectativas

Em 2005, o projeto realizou quatro conferências, um curso de capacitação docente, doze encontros de orientação, oito reuniões de avaliação e vinte encontros dos grupos de estudo, tendo como participantes 2100 funcionários, 218 professores da rede estadual, 8 membros

do sindicato, 10 estudantes universitários e 6 professores da universidade.

O curso de capacitação teve a duração de 40 horas, distribuídas ao longo do ano, com as finalidades de acompanhar, orientar, avaliar e realimentar as atividades dos grupos de estudo. Após uma capacitação inicial para apresentar o projeto, seus objetivos e metodologia, os professores realizaram essa atividade em encontros de 4 horas, a fim de aprofundar, complementar e realimentar o processo, bem como solucionar as dificuldades de encaminhamento.

Uma das questões apresentadas foi a dificuldade de compreensão da leitura e de conceitos básicos de numeração e operações matemáticas que alguns funcionários (com escolarização básica incompleta, menos de 4 anos de estudo) apresentaram e, assim, não conseguiam acompanhar a turma. Para resolver esse problema, como eram apenas 20 participantes, foi organizada uma turma com estas pessoas, que passou a ser orientada por 3 estudantes de pedagogia e sediada em uma escola central. Tal medida tanto resolveu o problema e satisfaz o grupo, já que pôde atender mais de perto as dificuldades apresentadas, como, também, seguiu o programa com mais vagar.

Os grupos de estudos, reunidos nas escolas, trabalharam com os materiais didáticos elaborados pelos professores da universidade, que incluíam textos teóricos e literários, artigos de periódicos selecionados, exercícios e atividades para estudo e reflexão, contando com a apresentação dos conteúdos e orientação dos docentes que participaram do processo de capacitação.

Além das atividades orientadas e desenvolvidas nos grupos de estudo, foram realizadas conferências, que tiveram como finalidade reunir os participantes docentes e não-docentes na discussão dos temas e conteúdos estudados. As duas primeiras trataram dos conhecimentos de língua portuguesa e matemática como instrumentos básicos para compreensão do mundo e foram intituladas: “A língua portuguesa na formação do funcionário educador” e “A matemática na formação do funcionário educador”.

As outras duas conferências tiveram como eixo a compreensão da legislação como instrumento de constituição dos direitos e deveres do cidadão. A primeira apresentou os princípios básicos e temas centrais para leitura e interpretação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069/2001) e do Estatuto do Servidor; e a segunda, sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96). A partir dessas conferências, pôde ser realizado um estudo mais aprofundado e a discussão dos documentos legais em questão, no âmbito dos grupos de estudo.

Os resultados são positivos, principalmente no que se refere à integração dos profissionais docentes e não-docentes no processo de democratização da gestão escolar, conscientização dos funcionários de seu papel como educadores e ampliação dos seus conhecimentos sobre as políticas educacionais e maior domínio da língua portuguesa e da matemática como instrumentos de trabalho.

A metodologia empregada permitiu, a partir do princípio de trabalho coletivo, capacitar e atualizar um conjunto amplo de educadores, principalmente se considerarmos que este foi um processo que atingiu não só alunos do projeto, como também professores da rede pública que tiveram a oportunidade de se aperfeiçoar como educadores.

O projeto de extensão oportunizou, além disso, o contato mais direto dos professores do Setor de Educação com os docentes e não-docentes da escola básica, o que é fundamental como campo propositivo para a investigação acadêmica, a revisão de conceitos e a elaboração de conhecimento novo. Esse contato também agrega informações sobre o cotidiano escolar que vivificam o trabalho docente junto aos cursos de formação inicial de professores.

CONCLUSÕES

A elaboração e a execução deste projeto contribuíram para o avanço e a realização de todas as partes envolvidas: para os professores e estudantes da universidade, para os professores e funcionários das escolas públicas de educação básica e para o sindicato. Isso porque:

1. A extensão universitária tem um papel privilegiado na produção e difusão do conhecimento, ou seja, no processo de investigação e compreensão da realidade social e participação na transmissão de conhecimentos que possibilitem agir sobre os problemas que se apresentam e resolvê-los, “da mesma forma que a universidade deve se voltar e se preocupar com a criação, a produção de conhecimento, a busca de saber, necessita também pensar em como disseminar competentemente esses conhecimentos. Tem de assumir que a socialização do conhecimento por ela produzido não é só um dever, mas um determinante ao se pretender uma universidade democrática” (FÁVERO, 1989).
2. A contribuição da universidade para o processo de transformação da sociedade se completa na extensão. Na atividade extensionista, os professores e estudantes não apenas ensinam, mas também aprendem: aprendem a compreender a realidade, a articular a teoria com a prática, a tomar a prática como critério de verdade e, com isso, a própria

universidade também se transforma. A “reflexão sobre o papel das universidades no âmbito do processo de transformação social - não como observadora, mas como participante - ainda que modesta e em aperfeiçoamento, como cabe à boa prática acadêmica, será de inestimável ajuda para a atualização das políticas de ensino, de pesquisa e de extensão” (FARIA, 1997).

3. Os estudantes da universidade – das áreas de Língua Portuguesa, Matemática e Pedagogia – tiveram oportunidade de compartilhar de um espaço privilegiado de articulação teoria-prática, pois, além de participar da capacitação e da docência, tiveram oportunidade de discutir, analisar e refletir sobre a sua formação e sobre a importância do conhecimento teórico para a realização da prática profissional. Alguns deles exerceram pela primeira vez a atividade docente em um processo real e completo, mais amplo do que a experiência do estágio obrigatório do curso.
4. A efetiva construção da gestão democrática da educação passa pela apropriação do conhecimento. Ainda que, desde 1988 (com a aprovação da atual Constituição Brasileira), esta seja garantida como um preceito constitucional no artigo 206, ainda não se tornou realidade. A finalidade de obter “o controle da sociedade civil sobre a educação e a escola pública, introduzindo a eleição de dirigentes escolares e os conselhos escolares”, por meio da participação de todos os segmentos, que devem ter “liberdade de expressão, de pensamento, de criação e de organização coletiva na escola” (BASTOS, 1999), só será possível se todos estiverem no mesmo patamar de igualdade, no que se refere ao domínio dos meios de expressão e compreensão dos seus direitos e deveres. Desse modo, quando se investe na formação continuada dos funcionários não-docentes, além de contribuir para seu aperfeiçoamento profissional, também se fornece os instrumentos para a participação política na escola e fora dela.
5. O aperfeiçoamento profissional e a formação do funcionário de escola na sua especificidade – como educador – possibilitam superar o preconceito conservador que os coloca como meros executores de tarefas, tornando-os conscientes de seu papel de agentes ativos na realização da função social da educação escolar. “Diante das novas exigências sociais e dos instrumentos democráticos já disponíveis, é preciso construir uma proposta para inserir os funcionários das escolas na função de educador” (APP-SINDICATO, 2002). Este projeto, junto com a unificação sindical, é um passo importante nessa direção.
6. Para o sindicato dos trabalhadores em educação, a iniciativa e o envolvimento neste projeto possibilitaram consolidar a direção já definida pela unificação das duas categorias

– docente e não-docente – no processo de luta pelos seus direitos, num contexto não-favorável. Com mais essa ação, funcionários e professores reafirmam um objetivo comum: “enfrentar a nova conjuntura política e econômica que impõe uma pressão muito forte para retirar direitos trabalhistas e reduzir drasticamente os salários” (APP-SINDICATO, 2002).

7. A integração de servidores docentes e não-docentes no processo de formação é fundamental para construir a unidade que ainda não se consolidou no espaço da escola. “Sem unidade coletiva qualquer segmento de trabalhadores fatalmente fracassa na sua luta para conquistar direitos e dignidade”. Não é possível avançar na construção de um projeto democrático com dois segmentos “atuando no mesmo local de trabalho mas de forma separada” (APP-SINDICATO, 2002). Este projeto construiu mais um espaço para estudo coletivo, debate de idéias, troca de experiências e, além disso, de valorização profissional das duas categorias.
8. Ao mesmo tempo, o processo de capacitação dos professores, ainda que tenha a sua especificidade focada nos funcionários, ultrapassou os limites do projeto e contribuiu para melhorar a qualidade do ensino no âmbito da sala de aula, com os alunos do ensino fundamental e médio, como atestaram os professores participantes. A metodologia e os objetivos do projeto acabaram por focalizar um problema sério enfrentado pelos docentes, como atesta uma pesquisa realizada pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Dentre os 32 países que participaram do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA/2000³), está o Brasil. 23% dos estudantes brasileiros foram situados abaixo do nível mínimo de capacidade de leitura e interpretação, ou seja, não foram capazes de “localizar informações isoladas, nem identificar o tema principal em determinado texto e relacionar suas informações com os conhecimentos cotidianos” (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2005). Como o professor repete em sala de aula um conjunto de ações, que são “frutos dos condicionantes práticos oriundos da natureza prática do ato de ensinar” (SILVA, 2005), muitas vezes não se dá conta de que existem outros caminhos. Assim, o projeto propiciou um espaço de reflexão da prática da docência dos professores envolvidos para avaliarem seu próprio desempenho e redimensionarem sua metodologia de ensino e de avaliação.
9. E, finalmente, ainda que não se coloque como conclusão, mas como início de um novo caminho, os próprios professores da universidade que atuam especificamente com língua portuguesa ou matemática perceberam a possibilidade de construir uma metodologia

³ O PISA aplicou testes de desempenho cognitivo em estudantes de 15 anos em 32 países.

para trabalhar articuladamente as duas áreas do conhecimento na compreensão de conhecimentos de natureza diversa, pois, para interpretar e compreender o conteúdo de qualquer texto, é necessário ter em mãos conhecimentos de ambas. Como a formação dos professores para atuar nas séries finais do ensino fundamental (5ª a 8ª séries) é específica, e na escola somente os professores das séries iniciais, que têm uma formação superficial nas metodologias de cada área (no caso da Universidade Federal do Paraná, o curso de pedagogia oferece apenas 30 horas/aula para cada uma), ensinam as duas disciplinas, há uma defasagem na formação de ambos: para os primeiros, falta um contato com a prática de ensino das duas áreas; para os segundos, falta um aprofundamento teórico em relação às mesmas. Quanto aos professores especializados da universidade, tendencialmente, são chamados para atuar em cada área separadamente. A proposta de trabalho integrado das duas áreas de conhecimento possibilitou a reflexão desses profissionais para a questão da articulação dos conhecimentos na prática cotidiana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APP-SINDICATO. **Sou funcionário: eu também educo!** Curitiba: APP-Sindicato, 2002.

AZEVEDO, J. C. **Escola cidadã: desafios, diálogos e travessias.** Petrópolis: Vozes, 2000.

BASTOS, J. B. Gestão democrática da educação: as práticas administrativas compartilhadas. In: BASTOS, J. B. (Org.). **Gestão Democrática.** Rio de Janeiro: DP&A: SEPE, 1999. p. 7-30.

BRASIL. Lei nº. 9394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil.** Brasília, n. 2048, p. 27833-27841, 23 dez. 1996.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. **Por uma política de valorização dos trabalhadores em educação: em cena, os funcionários de escola.** Brasília: MEC, SEB, 2004.

CAVAZOTTI, M. A.; KLEIN, L. R.; SIGWALD, C. S. B. **Fundamentos teóricos e prática educativa da língua portuguesa.** Curitiba, 2004. (Apostila digitada).

FARIA, J. H. A extensão na cultura. In: MARTINEZ, M. M. C. **Exercitando a cidadania.** Curitiba: UFPR, 1997. p. 7-8.

FÁVERO, M. L. A democratização da universidade e a socialização do conhecimento. In: FÁVERO, M. L. (Org.). **A Universidade em questão**. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1989. p. 11-26.

_____. A universidade em questão: como resgatar suas relações fundamentais. In: FÁVERO, M. L. (Org.). **A Universidade em questão**. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1989. p. 41-52.

GASPARIN, J. L. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

GRAMSCI, A. **A Concepção Dialética da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

KOCH, N. T. O.; SOARES, M. T. C. O professor, seus alunos e a resolução de problemas de estrutura aditiva. In: MORO, M. L. F.; SOARES, M. T. C. (Orgs.). **Desenhos, palavras e números: as marcas da matemática na escola**. Curitiba: UFPR, 2005. p. 145-182.

MONLEVADE, J. **Funcionários das escolas públicas: educadores profissionais ou servidores descartáveis?** Ceilândia: Idea, 2003.

MONLEVADE, J. Referencial para a valorização dos trabalhadores em educação não-docentes. In: **Seminário Nacional de Valorização de Trabalhadores em Educação**. Brasília: MEC, 2004.

OLIVEIRA, R. C.; ARAÚJO, G. C. Qualidade do Ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n. 28, p. 5-2, jan./abr. 2005.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 32 ed. Campinas: Autores Associados, 1999.

SEVERINO, J. A. Projeto político-pedagógico: a saída para a escola. **Revista de Educação AEC**. Brasília, p. 81-91, abr./jun. 1998.

SILVA, M. O *habitus* professoral: o objeto dos estudos sobre o ato de ensinar na sala de aula. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n. 29, p. 152-163, maio/ago. 2005.